http://dx.doi.org/10.20336/rbs.489

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

O controle da violência do tráfico num vale "cocaleiro" peruano

The control of drug-trafficking violence in a Peruvian "cocalero" valley

Sofía Isabel Vizcarra Castillo*

RESUMO

O vale dos Rios Apurímac, Ene e Mantaro (VRAEM) é o principal vale de produção de folha de coca do Peru. Nesse sentido, é um dos principais centros do tráfico internacional de cocaína. Porém, os moradores do VRAEM não percebem seu território como perigoso. Mesmo se os meios de comunicação veiculam uma imagem perigosa devido à presença de remanentes terroristas, a continuidade do estado de emergência, os moradores da cidade de Pichari, no coração do VRAEM, consideram sua cidade como pacífica. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é explorar, a partir de dados etnográficos, a relação entre tráfico de drogas e violência desde sua aparente ausência. Isso leva a considerar o enraizamento da atividade ilegal na vida cotidiana e a se aproximar aos significados locais da violência assim como a regras locais do seu controle que permitem sua previsibilidade. Assim, o caso peruano permite compreender as articulações do mercado da cocaína como uma economia política local que ganha legitimidade e apoio dos moradores locais.

Palavras-chave: Narcotráfico; Violência; Peru.

* Doutora em Sociologia e Mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica do Peru. Mestre e Graduada em Relações Internacionais pelo Institut d'études politiques de Paris – Sciences-Po; Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente contratada do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP).

ABSTRACT

The Valley of the Rios Apurímac, Ene e Mantaro (VRAEM) is the main area for coca leaf production in Peru. In that sense, it is one of the main centres of international cocaine trafficking. Nevertheless, the residents of VRAEM don't consider their territory as dangerous. Even when national media promote a dangerous images related to the presence of terrorist remnants and the continuous state of emergency, local residents of Pichari, a city in the heart of the VRAEM, considered it as a peaceful zone. The goal of this article is to explore, based on ethnographic data, the relationship between drug trafficking and violence from its apparent absence. This leads to consider the embeddedness of the illegal activity into everyday life and to research about the local meanings of violence and the rules of its control that allows its predictability. The Peruvian case, allows us to understand the articulations of the cocaine market as a local political economy that has legitimacy and the support local population.
Keywords: Drug-trafficking; Violence; Peru.

Introdução

O vale dos rios Apurímac, Ene e Mantaro, conhecido como VRAEM, é uma área declarada em estado de emergência há 14 anos. Foi a cena do sangrento conflito armado interno durante os anos 80 e 90 no Peru. No século XXI, tornou-se o principal vale de produção de folha de coca ("vale cocaleiro"), onde seriam produzidos potencialmente cerca de 70% da cocaína do país. É também a área onde os remanescentes do movimento terrorista Sendero Luminoso operam sob as ordens dos irmãos Quispe Palomino. Este vale foi estigmatizado pela imprensa local como uma zona violenta e um abrigo para traficantes de drogas. No entanto, no nível local, a experiência com a violência muda de acordo com o ator e o momento em que ele é vivenciado.

Desde a década de 1980, a história do VRAEM tem sido marcada pela coexistência cotidiana de seus habitantes com a violência, mas os termos dessa experiência mudaram com o tempo. Atualmente, as taxas de homicídio nos diferentes municípios do VRAEM são relativamente baixas e os crimes violentos são raros. Os principais episódios de violência relatados na área são os ataques surpresa feitos pelo Sendero Luminoso contra a polícia e o exército.

Quando se chega a Pichari, uma cidade situada no departamento de Cusco no coração do VRAEM, não se tem a impressão de chegar em uma zona de guerra. Pelo contrário, a calma desta pequena cidade só é interrompida por

alguns barulhos de helicópteros durante alguns momentos do dia. Caso contrário, é fácil esquecer que estamos no meio do maior vale cocaleiro do país.

O testemunho dos residentes mais longevos da cidade reforça a ideia de uma vida local pacífica e harmoniosa. No entanto, eles têm memórias muito presentes do tempo do conflito interno, da "violência" como eles mesmos o denominam. Eles costumam fazer uma comparação entre esses anos violentos e a atual era que eles definem como pacífica, apesar de existir uma presença reforçada de policiais para combater o tráfico de drogas. O nível de violência local seria aparentemente controlado e não seria semelhante ao caso da Colômbia ou do México. A experiência peruana mostra que existem várias nuances no conceito de violência e sua relação com os mercados ilegais, como o mercado da cocaína. Dessa constatação, surgem as três questões que norteiam esta pesquisa: Como a violência é definida ao nível local? Como a violência associada ao tráfico é controlada? Como o controle da violência influencia a tolerância do tráfico no nível local?

Assim, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira é a revisão de teorias que abordam a relação entre a violência e os mercados ilegais, particularmente sobre o tema drogas. As próximas duas seções apresentam os resultados da pesquisa. Por um lado, a segunda seção fornece um panorama das diferentes definições de violência associadas a diferentes eras e diferentes fenômenos criminais. E, por outro lado, a terceira seção apresenta as regras de violência que permitem a coexistência pacífica em nível local em Pichari. Finalmente, a última seção discute os desafios para melhorar a compreensão sobre a relação do tráfico de drogas e violência na América Latina.

Considerações teóricas sobre a violência e os mercados ilegais

Vários autores já apontaram que a relação entre violência e mercado ilegal não é sistemática ou intrínseca. Um mercado ilegal, como o das drogas, da mineração ilegal de ouro o esmeraldas, ou de exploração ilegal de madeira, de contrabando de cigarros, entre outros, pode se estabelecer em um território sem necessariamente aumentar os níveis locais de violência (ANDREAS, 2011; ANDREAS; WALLMAN, 2009; REUTER, 2009; SNYDER; DURAN-MARTINEZ, 2009). Desde uma perspectiva global, a associação entre mercado ilegal e violência é a exceção e não a regra.

No entanto, na América Latina, é essa relação excepcional que tem marcado o debate e o interesse acadêmico e político no assunto. O debate enfocou principalmente os casos do México após 2006 (DURÁN-MARTÍNEZ, 2015; MORRIS, 2013; PEREYRA, 2012; REUTER, 2009; SNYDER; DURAN--MARTINEZ, 2009), Colômbia (DURAN-MARTINEZ, 2018; DURÁN-MARTÍNEZ, 2015; FRANZ, 2016; THOUMI, 2002; UMBRÍA ACOSTA, 2016) e Brasil (ARIAS, 2017; BAILEY; TAYLOR, 2009; MILLARD; HUNDLEBY, 2015; MISSE, 2007, 2011; SILVA DE SOUSA, 2004).

O objetivo desses estudos é identificar os fatores que desencadeiam a violência associada aos mercados de drogas ilegais (ANDREAS; WALLMAN, 2009; NAYLOR, 2009; REUTER, 2009; SNYDER; DURAN-MARTINEZ, 2009) Por outro lado, estudos relacionados ao controle da violência no nível local em relação a esses mercados focam-se principalmente na construção de uma governança paraestatal por parte de atores criminosos (ARJONA, 2017; HOFFMANN; KIRK, 2013; LUND, 2007). Esses estudos abordam a relação específica que uma comunidade desenvolve com um ator criminoso visível e identificável para manter a coexistência pacífica e uma certa ordem no nível local. Mas o que acontece quando não há um ator criminoso visível, mas uma teia complexa de atores legais, informais e ilegais que operam em um mercado ilegal? Como a violência opera nesse tipo de configuração criminosa?

A violência é um dos meios disponíveis para os atores de um mercado ilegal fazer cumprir as obrigações contratuais na ausência de instituições legais que garantam os contratos (BECKERT; WEHINGER, 2012). Do ponto de vista econômico, o excesso de episódios de violência é prejudicial ao funcionamento de um mercado ilegal, porque atrai rapidamente a atenção do poder público. Assim, os atores dentro dos mercados ilegais desenvolvem mecanismos para controlar a violência. Esses mecanismos são adotados por todos os atores que têm interesse no bom funcionamento do mercado.

No Peru, a relação entre a violência e o mercado de cocaína foi estudada em nível nacional e local. Dessa maneira, em nível nacional, Cubides (2015) questiona as diferenças entre os níveis do que ela chama de "narco-violência" na Colômbia e no Peru. Ela sugere que, no caso peruano, há um menor "estoque de violência", ou seja, um número reduzido de "todos os recursos humanos profissionalizados no uso da violência, bem como recursos físicos (armas) que são armazenados e coletados ao longo do tempo, cujos serviços

estão à venda independentemente de motivações políticas ou ideológicas" (CUBIDES, 2015, p. 662). Isso explicaria os baixos níveis de homicídios associados ao tráfico de drogas no Peru, em comparação com o que acontece no contexto colombiano.

No entanto, este estudo baseia-se apenas em uma metodologia quantitativa e não leva em consideração aspectos específicos da história e diferenças internas no contexto peruano. Mesmo que o tráfico de drogas seja um fenômeno global, é necessário situar explicações em relação a eventos específicos dos contextos locais (SILVA DE SOUSA, 2004, p. 142). Por isso, é interessante complementar esse tipo de análise com estudos qualitativos.

Diversos autores têm realizado estudos qualitativos em contextos de presença do tráfico de drogas, principalmente em zonas produtoras de coca. Assim, Mirella Van Dun aborda essa perspectiva tanto em sua tese sobre o vale cocaleiro do Alto Huallaga (VAN DUN, 2009, 2014), na Amazônia central peruana, quanto no seu estudo sobre a zona do trapézio amazônico, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia (VAN DUN, 2016). A hipótese central dela em relação à violência é que é preciso compreender a imersão do mercado da cocaína na vida cotidiana, nas relações sociais e culturais das comunidades cocaleiras, e, portanto, ler a violência e seu controle a partir desta perspectiva. Então, Van Dun (2014) ressalta que, nas zonas de cultivo de coca no Peru, as "organizações" ou firmas familiares que coordenam o funcionamento do mercado ao nível local, poucas vezes, precisam recorrer à violência para cumprir com seus contratos, já que possuem vínculos sociais em nível local que exercem um controle social sobre essa atividade. Enquanto os objetivos da comunidade e dos atores ilegais sejam convergentes (gerar emprego e dinamismo econômico, não atrair a atenção das autoridades), raramente, precisa-se empregar a violência.

Os episódios violentos estudados pela autora surgem só em dois contextos: quando o Estado intervém com ações de erradicação da folha de coca causando reações tanto das populações locais quanto dos traficantes, e quando se incrementa a concorrência em determinado território (muitas vezes, por causa do deslocamento de firmas desde zonas erradicadas) e chegam a organizações sem nenhum vínculo social com os moradores locais. Destarte, continuando com a perspectiva de Van Dun, parece clave compreender os laços sociais que se constroem ao nível local em torno do mercado da cocaína para poder compreender como se controla os níveis de violência no caso peruano.

Contexto e considerações metodológicas

Pichari é uma cidade de, em média, dez mil habitantes na província da Convenção, no departamento de Cusco, que tem um conhecido crescimento econômico, demográfico e urbano exponencial nas últimas duas décadas. Esse crescimento está ligado a, pelo menos, três fatores que têm aumentado o atrativo da cidade (Autor, 2017). Em primeiro lugar, há a localização privilegiada de Pichari em pleno coração do VRAEM e seus potenciais como *hub* para o mercado ilegal da cocaína. Dessa forma, para o ano 2017, Pichari era um dos cinco distritos com maior extensão de cultivos de folha de coca no país (UNODC, 2017). Em segundo lugar, a sua localização e geografia também têm levado Pichari a se tornar um dos principais centros administrativos do VRAEM. Lá estão seus quartéis, tanto o comando conjunto das forças armadas, a polícia, assim como diversas instituições civis e do poder judiciário. Essa função administrativa tem influenciado a chegada de novos moradores em Pichari, uma classe assalariada pública que também tem contribuído a dinamizar a economia local.

Finalmente, o terceiro motor econômico da cidade têm sido as regalias dos hidrocarbonetos que o distrito tem recebido na última década por causa da sua localização perto do campo de gás de Camisea, uma das maiores reservas de gás natural do continente. Assim, tanto a política de drogas peruana quanto a exportação de *commodities* legais e ilegais têm dinamizado a economia local de Pichari, tornando Pichari uma zona urbana não tanto pelo seu tamanho demográfico e, sim, por sua variedade de serviços e atores existentes na cidade. Com tudo, ainda é possível perceber no ambiente um certo ar de cordialidade e familiaridade entre seus moradores.

Os resultados aqui apresentados são o produto de três anos de trabalho de campo entre março de 2015 e dezembro de 2017, utilizando o método de etnografia focada (MONTES DE OCA, 2015), o qual atualiza o clássico método de etnografia Malinowkskiano a contextos modernos e mais próximos onde pode existir uma impossibilidade material ou imaterial de permanência prolongada no campo. A etnografia focada em geral tem um foco temático específico, no meu caso, foi a observação das práticas econômicas e das dinâmicas sociais tecidas ao seu redor.

O trabalho de campo foi realizado em diversas viagens curtas durante esses três anos na cidade de Pichari, assim como entrevistas semiestruturadas

com os moradores de Pichari e funcionários públicos locais. A etnografia focada me permitiu manter alguns níveis de segurança já que, durante os anos 2014 e 2015, houve alguns repórteres na zona de pessoas que atuavam como professores em escolas locais e que tinham desaparecido e que eram suspeitas de ser informantes da polícia. Nesse contexto, mesmo que não seja um lugar onde o uso da violência seja comum, o clima de desconfiança e a presença de atores ilegais em Pichari levavam a tomar precauções. Alguns pesquisadores estrangeiros têm mencionado ter superado essa desconfiança morando localmente e participando de atividades (como protestos) junto aos cultivadores de coca (VAN DUN, 2014, p. 397), porém nem sempre é possível desenvolver a mesma estratégia para um pesquisador nacional, não da mesma zona, frente ao qual as atitudes dos moradores locais mudam em relação aos estrangeiros. Além de que meu histórico profissional me permitiu outro tipo de ingresso ao vale.

Nesse aspecto, durante essas visitas, pude interagir e conversar com os habitantes de Pichari sobre vários temas, incluindo aqueles relacionados com violência, permitindo-me formular descrições densas das práticas e dos discursos locais (GEERTZ, 1975). Entrevistei e conversei com cerca de trinta pessoas que moram na cidade há décadas, bem como migrantes mais recentes. Meus interlocutores são atualmente moradores da área urbana de Pichari, com várias ocupações como serviço público, comércio, agroexportação, transporte público, entre outros. Todos os seus nomes foram alterados para garantir seu anonimato de acordo com o protocolo do Comitê de Ética da Universidade.

Devo precisar que escolhi fazer etnografia focada em Pichari dada a minha familiaridade com a cidade, onde já tinha morado por alguns meses no ano de 2010, quando fui estagiária numa instituição pública. Desde então, através de diferentes projetos profissionais, consegui manter a minha conexão com o VRAEM e seus moradores, o que facilitou o meu retorno como pesquisadora no ano 2015.

Algumas das regras em relação ao uso da violência que consegui documentar em detalhe durante a etnografia já tinham sido passadas para mim quando eu era estagiária para poder me integrar melhor à cidade. Mas quando retornei, fui transparente quanto às minhas motivações. Em nenhum momento, tive que esconder minha identidade como estudante de Doutorado e sempre precisei que a minha pesquisa tivesse como objetivo compreender

as relações sociais que se tecem em torno de uma zona onde está presente o mercado da cocaína. Entretanto, meu foco não foram os atores criminais. Ao contrário, meu foco era compreender o enraizamento social de uma economia ilegal, e, portanto, compreender como os atores que não se identificam como criminais e que não têm uma ocupação principal diretamente relacionada com este mercado compartilham regras, entendimentos e aceitam e mesmo defendem a presença deste mercado no seu território.

Apesar de ser o meu país, considero que meu olhar etnográfico é continuar sendo a de alguém estrangeiro ao VRAEM. Meu lugar de fala é aquele de uma mulher jovem, da capital, profissional, que não fala quéchua, e que, portanto, só compreende a metade das conversas que acontecem na cidade. Isso supõe já uma série de barreiras de acesso às condições da vida cotidiana, motivo pelo qual adotei a proposta de Geertz (2001, p. 80) de realizar uma "incursão imaginativa em uma mentalidade alheia", com a finalidade de evidenciar aqueles aspetos que podem ter sido normalizados pelos moradores locais mas que se evidenciam a um olhar de fora (VIZCARRA CASTILLO, 2018), como é o caso das regras que regem o uso da violência em nível local. Complementarmente, também me apoiei na revisão de fontes documentais (principalmente documentos oficiais e o Informe da Comissão da Verdade e Reconciliação sobre o conflito armado interno) e em informações de meios de imprensa do VRAEM e nacional.

Concepções sobre a violência em Pichari: um olhar ao passado

Pichari viveu tempos difíceis. Durante o conflito armado interno, o passado sangrento marcou as memórias dos residentes mais antigos da cidade e essas experiências fazem parte da memória oral local. Assim, a experiência comum contribuiu para a formação de um acordo local sobre o que constitui um limiar tolerável de violência e uma definição informal dos níveis de paz necessários para a prosperidade econômica de seus moradores. Para entender esses arranjos locais, é preciso, antes de tudo, questionar a definição de violência no nível local.

Como se define violência? O que leva alguns a descreverem certas áreas como violentas e perigosas? Como reconhecer a paz? Todas essas questões surgem espontaneamente em diferentes conversas com os habitantes de Pi-

chari. Durante meu trabalho de campo, um dos temas recorrente durante essas conversas foi a referência de meus interlocutores à experiência com o Sendero Luminoso.

No início dos anos 80, o Sendero Luminoso assassinou líderes de cooperativas agrícolas, bem como autoridades políticas locais. Além disso, durante esse primeiro período, o grupo terrorista perseguiu os moradores locais para forçá-los a integrar as linhas de seu movimento ou, pelo menos, dar-lhes apoio logístico em sua luta. Muitas famílias foram forçadas a fugir das áreas rurais e buscar refúgio nas cidades (em Pichari, Ayacucho ou Lima). Durante os anos de 1983 a 1985, alguns habitantes do VRAEM decidiram se refugiar em Pichari porque o centro urbano tinha uma base militar. No entanto, quando o exército começou a perseguir indiscriminadamente os residentes locais suspeitos de apoiar o Sendero Luminoso, muitos deles já não se sentiam seguros.

A imagem que os habitantes de Pichari têm como lembrança do conflito armado interno é a do rio vermelho, tingido pelo sangue de cadáveres que flutuavam diariamente em suas águas. Desaparecimentos e assassinatos eram comuns na época. Eles não estavam apenas no meio de um fogo cruzado entre o exército e o grupo terrorista, mas também eram alvo de ataques de ambos os lados, como mostrado na tabela 01. Esta apresenta os registros de pessoas assassinadas ou desaparecidas durante esse período em Pichari identificadas pela Comissão da Verdade.

Tabela 1: Vítimas reportadas para a Comissão da Verdade durante o conflito armado interno (1982 - 1994)

Data	Tipo	Quantidade de vítimas	Responsável
1982	Desaparecimento	1	PCP-SL
Mai-83	Assassinato	1	PCP-SL
1983	Desaparecimento	1	PCP-SL
Mar-84	Desaparecimento	1	Polícia
Mai-84	Assassinato	2	PCP-SL
Ago-86	Assassinato	6	PCP-SL
Oct-87	Desaparecimento	1	Não determinado
1988	Sequestro	6	PCP-SL
Jan-89	Sequestro	3	PCP-SL
Nov-89	Execução	1	Forças Armadas
Nov-89	Tortura e Assassinato	1	PCP-SL
Mar-89	Assassinato	1	PCP-SL
Mai-89	Sequestro e Desaparecimento	4	PCP-SL
1989	Assassinato	5	PCP-SL

Continua

Data	Tipo	Quantidade de vítimas	Responsável
1989	Sequestro	1	Forças Armadas
1989	Assassinato	1	Forças Armadas
1989	Desaparecimento	1	PCP-SL
Jan-90	Assassinato e Sequestro	6	PCP-SL
Jan-90	Detenção	1	Forças Armadas
Fev-90	Assassinato	1	PCP-SL
Abr-90	Sequestro et Assassinato	1	PCP-SL
Fev-90	Sequestro	5	PCP-SL
Fev-90	Assassinato e Sequestro	2	PCP-SL
Mai-90	Assassinato	1	PCP-SL
Jul-90	Assassinato	1	PCP-SL
Jul-90	Sequestro, Tortura e Assassinato	2	PCP-SL
1990	Morte	1	PCP-SL
1990	Sequestro et torture	2	PCP-SL
Mar-91	Recrutamento e Assassinato	12	PCP-SL
Mai-91	Recrutamento forçado	3	PCP-SL
Ago-91	Detenção	3	Exército
1992	Maltrato	2	PCP-SL
1993	Recrutamento y Desaparecimento	1	PCP-SL
1993	Morte	2	Exército
Jun-94	Sequestro e Assassinato	8	PCP-SL

Fonte: Elaboração própria com base na lista de Casos Cusco do Informe da CVR

Os ataques naquela época vieram principalmente do Sendero Luminoso, mas também das forças da ordem, há até registros de um massacre no distrito de Sivia (atravessando o rio, frente a Pichari) de pelo menos 30 pessoas que foram enterradas a 500 metros do quartel de Pichari em uma fossa comum (INFOREGIÓN, 2013). Esse sentimento de desespero e vulnerabilidade é o que leva muitos dos habitantes de Pichari da época a se organizarem em comitês de autodefesa (CAD) comumente denominados como "ronderos". O rondero "Onça" me dá um testemunho em primeira mão sobre sua luta naqueles tempos:

> Chega Sendero, começa a caminhar, [nos anos] 81, 82, 83. É o inicio da contra-subversão [luta contra Sendero Luminoso]. Nós nos organizamos em DECAS - Defesa Civil Anti-subversiva. Aqui em Pichari ainda não havia DECA, começou em Pichiwilca, em junho de 1983. Meu amigo Antônio Cárdenas, que ele descanse em paz, foi quem organizou porque havia muito ladrão, e para combater o crime. Depois começou Sendero, chegando e cortando seu pescoço, por quê? Por quê? Por quê? O seguinte acontece, que antes, brigava com você. Então que perdeu,

> reclamava com o chefe de Sendero, alguém que antes era um peão, eu não sei onde eles pegaram a espingarda e tinham voz e voto, eram como um deus. Você reclamou, me acusou com ele e ele me corta o pescoço em qualquer lugar. Pronto. [...]
> É por isso que Antônio Cárdenas, garotinho, pensou, se eles fazem isso, por que não nós? Antônio Cárdenas levantou-se e nós também em Defesa Civil Anti-subversiva (DECAS). E nós saímos. Primeiro em Kimbiri, [...], apenas Kimbiri porque Santa Rosa não queria, Pichari não queria. então só lá começou a contra-subversão.
> O tuco [terrorista] pegou você e matou, então também às vezes matava o ladrão. Então nos agarramos e dissemos que devemos colocar a lei do tuco: "ladrão para o rio, estuprador para o rio, tuco para o rio", assim mesmo. Também começamos a matar. Então as pessoas foram advertidas e nós fizemos e entramos, naquele momento não havia nenhuma máscara de esqui, capuz, nós agarramos um suéter, amarrávamos na cara para não ser reconhecidos. Com calibre 16, calibre 20, com a Mauser e começamos a lutar contra a subversão. (Notas de campo, Pichari, janeiro de 2016)

Se ninguém fosse defendê-los, eles se armariam e se defenderiam. Embora houvesse um grande componente de auto-organização, a imposição pela força também era necessária. Foi uma época de guerra e a lei do mais forte prevaleceu. A violência armada foi cotidiana entre todas as partes.

A folha de coca desempenhou um papel fundamental para financiar a luta contra Sendero e os abusos do exército. O cultivo da coca tornou-se uma economia de guerra que ainda tinha acesso ao mercado, apesar do confronto armado em andamento. O dinheiro da coca permitia financiar a economia doméstica para que os homens pudessem ir ao combate e esse dinheiro também lhes permitia adquirir armas, como o próprio "Onça" aponta:

> A questão da coca veio nos anos 80, antes não havia, era só para o peão mastigar um pouco. Foi para fazer a troca, você levava para o Tambo [centro de comercio] para o escambo. A coca também tem nos apoiado contra a subversão, às vezes eles não davam nada eu pegava minha coca, vendia e tinha que deixar dinheiro para minha mulher antes de eu ir embora. (Notas de campo, Pichari, janeiro de 2016)

O dinheiro da coca está relacionado na memória dos antigos moradores de Pichari a um fator de pacificação na área e, portanto, tem uma forte co-

notação afetiva. Longe das imagens da violência contemporânea associadas ao tráfico de drogas em países como o México ou a Colômbia, o narcotráfico continua a ter uma conotação positiva ao nível local. O limiar inaceitável do derramamento de sangue é definido em relação ao que aconteceu no momento do conflito armado interno e é muito importante que essa história violenta não se repita.

No entanto, isso não impede que os habitantes da cidade reconheçam os diferentes tipos de violência que existem hoje. Desse modo, por exemplo, reconhece-se que há violência criminal, associada ao crime comum, que os habitantes locais percebem como está se expandindo nas grandes cidades. O líder do Serenazgo [a Polícia Municipal] de Pichari disse:

> Há pouca violência em Pichari, nossos problemas têm a ver especialmente com a questão da violência familiar e com acidentes de trânsito, especialmente de mototáxi[1]. As pessoas dirigem bebendo e imprudentemente. Por exemplo, no Ano Novo, uma menina morreu em um acidente de trânsito em uma motocicleta. Outra questão que também gerou algumas mortes no distrito é a questão dos ajustes de contas, embora poucos casos tenham sido registrados no distrito. Os casos que consegui identificar foram os de um professor da região que foi encontrado morto em casa durante uma paralização dos cultivadores de coca, um motorista que estava transportando para Puerto Ene, um comerciante local e um jovem da área. (Notas de campo, Pichari, janeiro de 2016).

Apesar dessas ocorrências, os habitantes de Pichari continuam a definir a cidade como pacífica. O limiar da violência "tolerável" é definido em relação ao limiar de sangue e a sua visibilidade na cidade. Assim, em nível local, o tráfico não é intrinsicamente associado à violência, mas ele é associado ao bem-estar econômico e ao processo de reconstrução da paz na cidade. Além disso, quando a violência é usada, ela é previsível, com regras previamente determinadas ao nível local.

Embora existam práticas violentas em Pichari (ameaças, intimidação, agressões verbais e físicas, sequestros e desaparecimentos, assassinatos) por pessoas envolvidas no tráfico de drogas, que são regidas por regras as quais

1 Um mototáxi é um transporte muito popular na Amazônia peruana. É uma moto com uma cabine para dois passageiros, também conhecida na Ásia como touk-touk.

garantam a sua previsibilidade, em Pichari, esses níveis de violência têm sido controlados ao longo da última década.

Assim, depois de analisar arquivos digitais de imprensa nacional e regional, pude identificar e documentar a existência de 13 assassinatos suspeitos na última década no distrito de Pichari e são apresentados na tabela nº. 02. Para preparar esta tabela, procurei palavras-chave (Pichari + assassinato / homicídio / ajuste de contas / Sicariato) nos motores de busca de notícias nacionais e regionais (El Comercio, La Republica, RPP, correio, Inforegión). Apenas considerei os casos em que as vítimas foram civis. Dos treze casos encontrados, somente dois podem ser descartados, porque eles não estavam relacionados com a droga. Em outros casos, a questão sobre a relação com o mercado ilegal permanece.

Tabela 2: Assassinatos suspeitos no distrito de Pichari entre os anos 2007 e 2017

Data	Vítima	Localização	Contexto da morte	Suposto Motivo
04/04/2007 (Inforegión, 2007)	Emilio Castro López, 34 anos, ex-comando de autodefesa	C.P Pueblo Libre,	Cadáver com disparo por arma de fogo e golpes. Ataque enquanto realizava seu trabalho no campo.	Vingança de comunheiros denunciados pela vítima
04/11/2010 (Inforegión, 2010)	Pessoa não identificada, jovem.	Comunidade Trincaveni	Cadáver com impacto de bala atado de pés e mãos, com signos de tortura (corte de orelhas e língua)	Ajuste de contas
07/02/2011 (Inforegión, 2011)	Homem não identificado	C.P Puerto Mayo	Cadáver nu flutuando no rio com cabeça irreconhecível	Ajuste de contas ou roubo
16/01/2012 (Inforegión, 2012)	Agustín Narváez Gamarra, 45 anos	Bar e prostíbulo da zona de La Curva, Rota Pichari – Ccatun Rumi	Pessoa esfaqueada	Crime interpessoal (casal)
06/10/2013 (Inforegión, 2013)	Luz Angélica Salas Durand, 65 anos, dona da "Discoteck VideoPub As Amazonas" em Pichari e Llochegua, conhecida como "a Madame do VRAEM"	C.P Mantaro	Cadáver de 4 dias de decomposição.	Ajuste de contas
12/09/2014 (Inforegión, 2014)	Homem não identificado de aproximadamente 40 anos.	Comunidade de Otani San Martín	Cadáver atado com bala na cabeça	Ajuste de contas
21/07/2015 (RPP, 2015; Inforegión 2015)	Casiano Flores Ayrampa, Docente na Instituição Educativa de Ccatun Rumi e dono do restaurante "Sonestas Tradições Cusquenhas"	Pichari Cidade	Cadáver com hematomas e corte profundo no pescoço	Ajuste de contas

Continua

Data	Vítima	Localização	Contexto da morte	Suposto Motivo
19/11/2015 (Inforegión, 2015)	David Miltma Espinoza, 28 anos, Motorista da rota Pichari - Ayacucho	Zona El Platanal	Cadáver de 5 dias de decomposição com golpes no tórax. Morte por asfixia.	Ajuste de contas ou roubo
26/11/2015 (Inforegión, 2015)	Juan Oscar de la Cruz Quezada, Comerciante	Rodovia Mantaro – Villa Vista	Cadáver achado a 60 metros do seu carro com dinheiro na mão. Morte por 6 impactos de bala.	Ajuste de contas
17/08/2016 (El Comercio, 2016)	Julia Quispe Palomino, 47 anos, dona do restaurante "Todo Verde"	C.P Ccatun Rumi	Cadáver com bala na cabeça	Assassinato contratado por pedido do marido por divórcio
23/08/2016 (Inforegión, 2016)	Hugo Néstor Ñaupa Bautista, 20 anos, motorista [mototaxi]	Barrio La Victoria, Pichari cidade	Cadáver com bala na cabeça	Ajuste de contas ou crime interpessoal
07/10/2016 (Correo, 2016)	Homem não identificado de aproximadamente 23 anos	Rodovia Pichari - Kimbiri	Cadáver de 4 dias de decomposição com signos de hematomas	Ajuste de contas ou roubo

Fonte: Elaboração própria com base em registros de imprensa

Porém, esses casos são percebidos como esporádicos pelos moradores locais e não têm contribuído em gerar uma sensação de insegurança frente ao tráfico. Pelo contrário, as preocupações de segurança em nível local continuam orientadas a assuntos relacionados ao crime comum. Isso é provavelmente devido a duas coisas. Por um lado, que o impacto cotidiano do crime comum nas suas vidas é negativo e, em segundo lugar, porque a diferença do crime comum, os atos violentos relacionados ao mercado da cocaína são previsíveis.

As regras do uso da violência em nível local

No VRAEM, e particularmente em Pichari, existem regras claras, mas tácitas sobre o uso da violência, como detalha o ex-comando apelidado Tigre:

> Pesquisadora: O que você faz para entrar [Em Puerto Ene, zona de comercio do mercado ilegal]? Ninguém não te incomoda?
> Tigre: Não, eles não incomodam você. Bem, se você é uma pessoa desconhecida, rapidamente eles ficam atentos. Eles olham para você, perguntam o que você faz, o que você faz. Mas se você é conhecido, normal.
> P: Há também muitos ajustes na conta?
> T: Sim, ajustes de conta no rio. Por exemplo, este mês eles mandaram alguém para Puno e essa pessoa volta com só 10 quilos [de cocaina].

> Ele declara que foi roubado, mas eles nao acreditam e te seguem, porque essa mercadoria 4800 dólares. Assim, eles se falam entre eles, te pegam e te falam: "assim nao se fazem as coisas *compadrito*", depois te colocam num saco e te jogam no rio.
> P: Mas isso só acontece com aqueles que estão envolvidos?
> T: sim
> P com a população em geral não acontece?
> T: não, é mais com traficantes, assaltantes, sequestradores e aqueles que fazem extorsão, mas os ajustes estão entre eles.
> P: Mas não fazem nada aos moradores locais?
> T: Não, não, enquanto você vive sua vida, você trabalha, você não colide com ninguém, você não faz nada a eles. Eles te apoiam, você é conhecido. Se alguém quiser te danar, as pessoas te apoiam, mas se você é um lixo, eles viram as costas para você.
> P: Quero dizer, você tem que viver sua vida tranquila?
> T: Tranquilo Se você vir alguma coisa, não diga nada. Mas se você ver algo, de repente, uma mercadoria ou dinheiro e você comentar, vocês já estão falhando. Eles dão oportunidades, você continua falhando, eles te avisam: "você sabe o que, não se envolva, na próxima ocasião seja mais cuidadoso".
> P: eles avisam você?
> T: se eles deixarem você saber, mas o terceiro aviso, você foi. (Notas de campo, Pichari, janeiro de 2016)

Dessa forma, para compreender o uso da violência em nível local em Pichari, é preciso compreender, em primeiro lugar, que ela não é o primeiro recurso para resolver disputas ou problemas de negócios, pois chama a atenção das autoridades. Segundo, que seu uso é gradual, ou seja, não se mata a primeira ofensa (provavelmente a pessoa será golpeada ou levará um tiro não fatal como tem acontecido anteriormente) e espera-se que essa agressão não seja denunciada. Em terceiro lugar, os assassinatos têm regras específicas. Geralmente, eles não ocorrem dentro da cidade e de preferência o corpo desaparece para não atrair a atenção das autoridades.

A Amazônia oferece múltiplas oportunidades para isso, como pude observar em uma viagem a Pichari, onde tivemos que usar a rota alternativa por causa dos trabalhos na rodovia principal. No caminho, no fundo de um abismo, podia-se vislumbrar o cadáver de um homem. Todos no ônibus viram, mas ninguém comentou nada ou alertou as autoridades.

O uso da violência é diário, mas pouco relatado, o que explica por que não aparece nas estatísticas oficiais. Esse uso da violência é tolerado na medida em que está contido em uma esfera de envolvimento direto com atividades criminosas. "Algo terá acontecido" ou "Eu tinha certeza de que estava envolvido" são explicações que se repetem ao narrar casos de ataques pessoais com armas de fogo. Até o rondero "Onça" me disse que o uso da violência é algo que foi explicitamente negociado com atores criminosos no passado:

> Onça: Os "nachos" [traficantes] vieram de outro lugar e deixavam seu pessoal, eram seu comando. Por exemplo, eles te deziam: "Onça, você pode comprar 500 quilos [de cocaína] e te deixo o dinheiro", então eles já sabiam que você cuidava do negocio deles em Pichari. Depois, eles ligavam para você e falavam que eu vou lhe enviar o meu voo naquele dia, o seu voo vem e eles vão e voltam.
> Pesquisadora: Com os nachos, não houve problemas de segurança?
> O: Não, com eles não havia nada, puro negócio. Eles não trouxeram problemas, pegaram suas mercadorias e iam embora. Nós avisávamos para eles que não importasse se eles o seu pessoal fazia alguma coisa, se uma nova firma entrava avisávamos: você faz algo conosco e nós pegamos vocês e os expulsamos. "Não tranquilo". As regras eram claras. Eu patrulhava e em quase todo o VRAE estavam varios "nachos". Uma vez nossa patrulha chegou numa reunião deles, quando chegamos e fizemos as pessoas se formarem, eles disseram não, nós somos visita. Ah, visita? Eu sei o que vocês estão visitando. Nós já dissemos a eles precisávamos dinheiro para nosso rancho [comida]. Nessa época, 80 - 90 eles davam dupla ração. Você falava para eles: "Tio hoje eu vou passar para meu rancho [comida]" e eles alugavam um quintal e tinham frango cozido para todos. É por isso que não nos confrontamos com isso, nem tinham problemas com conosco. (Notas de campo, Pichari, janeiro de 2016)

Provavelmente, a existência de grupos de autodefesa organizados na área e sua intermediação no estabelecimento de relações entre a população local e os atores criminosos no passado influenciaram essas regras de contenção do uso da violência. Enquanto a violência é contida, também fica claro que ela pode ser usada contra aqueles que não estão diretamente envolvidos em atividades ilegais sempre que eles fizeram algo que prejudica os interesses do mercado ilegal. Por exemplo, aqueles que se consideram informantes das autoridades ou aqueles que denunciam uma agressão ou o desaparecimento

de um membro da família nas mãos de pessoas ligadas ao tráfico de drogas são atacados. Entende-se que essas pessoas quebram uma regra de coexistência entre a esfera legal e a ilegal, para que possam estar sujeitas à agressão. Caso contrário, a maioria dos ataques (sejam atribuídos a remanescentes do Sendero Luminoso ou a traficantes de drogas) são contra objetivos militares e policiais. Ao contrário dos anos oitenta, a população não percebe ser pega num fogo cruzado.

Além disso, a tolerância ao uso da violência por pessoas ligadas ao tráfico de drogas faz com que a tolerância a certos usos da violência seja considerada positiva, especialmente em relação à justiça popular. Em um cenário no qual alertar as autoridades sobre um possível crime pode ser entendido como uma violação das regras, é necessário lidar de alguma forma com o crime comum. Nesse sentido, formas populares de execução (linchamentos, desaparecimentos) são toleradas contra criminosos comuns (ladrões, estupradores, etc.) cujas mortes acabam se disfarçando com aquelas relacionadas ao tráfico de drogas. Assim, tece-se ao nível local uma relação particular com o uso da violência, cuja gestão é fundamental para a coexistência pacífica, mas cujo equilíbrio é muito frágil.

Considerações finais

A violência é, geralmente, um ponto de partida para o estudo das economias ilegais na América Latina. Porém, reflexionar sobre ela, desde sua aparente ausência, permite desvelar diferentes características do mercado ilegal da cocaína como uma economia política enraizada ao nível local. Assim, essa exploração permitiu-nos observar as ligações cruzadas entre esta economia global e os contextos locais.

Em primeiro lugar, um entrecruzamento histórico, dado que a maneira mediante a qual uma economia ilegal consegue se estabelecer num determinado território é fundamental tanto para compreender o fenômeno criminoso quanto as características próprias do território (GAMBETTA, 1993).

No caso peruano, e particularmente do Vraem, mudar a perspectiva do tráfico de uma economia de guerra para uma economia da paz permite entender as complexas relações que os moradores locais têm com esta atividade. O tráfico foi a única atividade constate durante o período de conflito armado interno e foi sua persistência durante este contexto, que criou as condições

para uma pacificação organizada pelos próprios moradores da zona. Assim, a relação entre trafico e pós-conflito tem que ser analisada frente a uma diversidade de experiências, e ressignificando a violência em cada contexto. Dessa maneira, se, na Colômbia, violência e tráfico estão associados, no Peru, a dissociação realizou-se em base aos acordos sociais locais que tinham como objetivo evitar uma situação semelhante àquela do conflito armado interno. O Peru é um exemplo de construção de um cenário de pós-conflito, onde a economia é ilegal, se bem alimenta em parte os poucos remanentes de atores subversivos, também permite a uma maioria involucrada direta ou indiretamente com a atividade ilegal, cobrir as suas necessidades de subsistência e de bem-estar, num contexto de uma economia cada vez mais precária.

Em segundo lugar, pensar a violência desde sua aparente ausência permite renovar o olhar sobre os mercados ilegais, não desde suas consequências, mas desde as dinâmicas que permitem a sua articulação. Nesse sentido, a construção de regras sociais do uso da violência, por fora do estabelecido pela lei, permite observar o tipo de práticas sociais que acompanham o estabelecimento de uma economia ilegal e que permitem que a atividade ilegal se legitime frente à população como já tinha assinalado Van Dun (2014). É preciso compreender que o controle da violência é um meio necessário para atingir um objetivo que é compartilhado tanto pela população local quanto pelos atores ilegais: fazer funcionar o mercado. Por um lado, porque o correto funcionamento do mercado gera lucro para os atores ilegais, mas também porque esse funcionamento gera dinamismo econômico local e bem-estar ao nível local. Isso tem relação com a percepção local das consequências negativas do tráfico ao nível local. O controle da violência permite ao tráfico funcionar e ser percebido como quase qualquer outra atividade de exportação *commodities* que existem o Peru, onde o consumo do produto e as suas consequências negativas não são percebidas localmente.

Assim, como no caso dos cultivadores de tabaco (GRIFFITH, 2009), os moradores locais enxergam principalmente os benefícios locais trazidos pela atividade e esquecem ou não dão importância (como no caso dos danos ambientais) para as externalidades do tráfico em nível local. Essas regras de controle e previsão da violência são, portanto, aquelas que separam a percepção positiva do tráfico como atividade produtiva de uma percepção negativa do tráfico como atividade criminosa e que facilitam a convivência com essa atividade.

Porém, essa convivência é frágil, e as regras de controle da violência não dependem unicamente dos atores locais e dos atores ilegais, como já tem sido assinalado (VAN DUN, 2014). As ações do Estado podem gerar aumento nos níveis de violência. O caso do México, e particularmente de Michoacán (MALDONADO, 2013), mostra quão perturbadora pode ser em termo de níveis de violência uma ação do Estado que não tem pensado nas suas consequências em termos do mercado e os atores ilegais. Nesse segmento, rapidamente, um contexto no qual existia uma frágil convivência entre atores legais e ilegais pode virar um sangrento enfrentamento entre o Estado e atores criminosos, onde os mais prejudicados são os moradores locais. Nesse sentido, a planificação da política de drogas tem que ter em consideração o funcionamento desses arranjos locais com a finalidade de que sua ação não prejudique aqueles que têm mais a perder.

Referências

ANDREAS, Peter. (2011), Illicit Globalization: Myths, Misconceptions, and Historical Lessons. *Political Science Quarterly*, v. 126, n. 3, p. 403-425.

ANDREAS, Peter.; WALLMAN, Joel. (2009), Illicit markets and violence: What is the relationship? *Crime, Law and Social Change*, v. 52, n. 3, p. 225-229.

ARIAS, Enrique Desmond. (2017), *Criminal Enterprises and Governance in Latin America and the Caribbean*. Cambridge: Cambridge University Press.

ARJONA, Ana. (2017), *Rebelocracy: social order in the Colombian Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press.

BAILEY, John.; TAYLOR, Matthew. M. (2009), Evade, Corrupt, or Confront? Organized Crime and the State in Brazil and Mexico. *Journal of Politics in Latin America*, v. 1, n. 2, p. 3-29.

BECKERT, Jens.; WEHINGER, Frank. (2012), In the shadow: illegal markets and economic sociology. *Socio-Economic Review*, v. 11, n. 1, p. 5-30, 1 ene.

CUBIDES, Olga Marcela. (2015), La violencia del narcotráfico en los países de mayor producción de coca: los casos de Perú y Colombia. *Papel Político*, v. 19, n. 2, p. 657.

DURAN-MARTINEZ, Angélica. (2018), *The politics of drug violence : criminals, cops and politicians in Colombia and Mexico*. New York: Oxford University Press.

DURÁN-MARTÍNEZ, Angélica. (2015), Drugs Around the Corner: Domestic Drug Markets and Violence in Colombia and Mexico. *Latin American Politics and Society*, v. 57, n. 3, p. 122-146.

FRANZ, Tobias. (2016), Plan Colombia: illegal drugs, economic development and counterinsurgency – a political economy analysis of Colombia ' s failed war. *Development Policy Review*, v. 34, n. 4, p. 563-591.

GAMBETTA, Diego. (1993), *The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection*. [s.l.] Harvard University Press.

GEERTZ, Clifford. (1975), *The interpretation of culture***s**. London: Hutchinson.

GEERTZ, Clifford. (2001), *Nova Luz sobre a Antropología*. Rio de Janeiro: Zahar.

GRIFFITH, David. (2009), The Moral Economy of Tobacco. *American Anthropologist*, v. 111, n. 4, p. 432-442.

HOFFMANN, Kasper.; KIRK, Tom. *Public Authority and the Provision of Public Goods in Conflict-Affected and Transitioning RegionsThe Justice and Security Research Programme*: The Justice and Security Research Programme. London: [s.n.].

INFOREGIÓN. (2013), Entregan restos de seis personas asesinadas por militares en Pichari. *Inforegión*, 23 ene.

LUND, Christopher. (2007), *Twilight Institutions: Public Authority and Local Politics in Africa*. Oxford: Blackwell.

MALDONADO, Salvador. (2013), Stories of Drug Trafficking in Rural Mexico: Territories , Drugs and Cartels in Michoacán Salvador Maldonado Aranda. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 94, p. 43-66.

MILLARD, Goerge H.; HUNDLEBY, Tim. (2015), Organized crime in Brazil. *Journal of Money Laundering Control*, v. 18, n. 2, p. 234-247.

MISSE, Michel. (2007), Illegal markets, protection rackets and Organized Crime in Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 139-157.

MISSE, Michel. (2011), Crime Organizado e Crime Comum no Rio de Janeiro: Diferenças e Afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 13-25.

MONTES DE OCA, Laura Beatriz. (2015), Entre activistas, funcionarios e industriales. Aplicación de la etnografía — enfocada y política — en escenarios de gobernanza. *Nueva Antropología*, v. 28, n. 83, p. 25-46.

MORRIS, Stephen. D. (2013), Drug trafficking, corruption, and violence in Mexico: Mapping the linkages. *Trends in Organized Crime*, v. 16, n. 2, p. 195-220.

NAYLOR, Robin. (2009), Violence and illegal economic activity: A deconstruction. *Crime, Law and Social Change*, v. 52, n. 3, p. 231-242.

PEREYRA, Guillermo. (2012), México: violencia criminal y "guerra contra el narcotráfico". *Revista Mexicana de Sociología*, v. 74, n. 3, p. 429-460.

REUTER, Peter. (2009), Systemic violence in drug markets. *Crime, Law and Social Change*, v. 52, n. 3, p. 275-284.

SILVA DE SOUSA, Rosinaldo. (2004), Narcotráfico y economía ilícita: las redes del crimen organizado en Río de Janeiro. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 66, n. 1, p. 141-192.

SNYDER, Richard.; DURAN-MARTINEZ, Angélica. (2009), Does illegality breed violence? Drug trafficking and state-sponsored protection rackets. *Crime, Law and Social Change*, v. 52, n. 3, p. 253-273.

THOUMI, Franciso. (2002), Illegal Drugs in Colombia: From Illegal Economic Boom to Social Crisis. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 582, n. July, p. 102-116.

UMBRÍA ACOSTA, Luís Antonio. (2016), Cuatro tesis sobre las economías ilícitas. *URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, n. 18, p. 13, 23 jun.

UNODC. *Monitoreo de Cultivos de Coca 2016.* Lima: [s.n.].

VAN DUN, Mirella. (2009), *Cocaleros: Violence, Drugs and Social Mobilization in the Post-Conflict Upper Huallaga Valley, Peru*. [s.l.] Utrecht University.

VAN DUN, Mirella. (2014), Exploring Narco-Sovereignty/Violence. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 43, n. 4, p. 395-418.

VAN DUN, Mirella. Cocaine Flows and the State in Peru's Amazonian Borderlands. *Journal of Latin American Studies*, v. 48, n. 03, p. 509-535, 2016.

VIZCARRA CASTILLO, Sofía I. (2017), Instrumentalización de la imagen de la hoja de coca en las tensiones entre el Gobierno local y el Gobierno nacional en la ciudad de Pichari. *Revista de Ciencia Política y Gobierno*, 4(7), 133-160.

VIZCARRA CASTILLO, Sofí. (2018), La economía moral de la ilegalidad en la ciudad cocalera: significados y prácticas legitimadoras del narcotráfico en la ciudad de Pichari (2000 - 2017). Tese para obter o grau de doutors em Sociologia. Faculdade de Ciencias Sociais. *Pontificia Universidad Católica del Perú*. Lima.

Submetido em 19 de março. 2019
Aprovado em 16 de outubro 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0